

XI

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LEIRIA

***REFORÇAR O PARTIDO,
TOMAR A INICIATIVA
—
FAZER DAS INJUSTIÇAS
FORÇA PARA LUTAR***

Projecto de Resolução Política

11 de Fevereiro 2023
Sport Império Marinhense



Capítulo 1

Objectivos e Enquadramento da XI AORLEI DO PCP

1.1 – Objectivos

A XI Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP (XI AORLEI) constitui, na região, um dos mais importantes momentos na vida do Partido, da sua organização e funcionamento democrático.

Momento de discussão e prestação de contas a XI AORLEI é acima de tudo um instrumento de reforço do Partido e um processo de reflexão e construção colectiva das análises, propostas e orientações para o trabalho do PCP no Distrito de Leiria.

Dando cumprimento e aplicando os princípios constantes dos Estatutos do PCP, a XI AORLEI deve envolver em todas as suas fases todas as organizações do Partido no Distrito, num aprofundado e democrático debate preparatório que requer a mais ampla, livre e criativa participação dos militantes do Partido.

É o sentido de construção colectiva e o compromisso individual e colectivo que dela decorre - elementos base do centralismo democrático, princípio fundamental de funcionamento do Partido decorrente da sua base ideológica, o marxismo-leninismo - que constitui a base da unidade, coesão e força do PCP, e que faz dele um partido ímpar no panorama partidário nacional.

Conforme definido nos Estatutos do PCP, em conformidade com as análises e orientações traçadas pelo XXI Congresso do PCP e tendo em conta as conclusões da Conferência Nacional do Partido realizada em Novembro de 2022, definem-se como objectivos centrais da XI AORLEI:

- Avaliar o trabalho da Direcção da Organização Regional de Leiria eleita na X AORLEI;
- Traçar as linhas e objectivos para o reforço da organização do Partido no Distrito de Leiria;
- Analisar o trabalho e intervenção do Partido no Distrito, a sua ligação às massas e à realidade, e o seu contributo para o fortalecimento da luta e das organizações de

massas;

- Aprofundar o conhecimento da situação económica, social e política da região e as suas evoluções desde a X AORLEI.
- Definir os principais objectivos e prioridades de intervenção política do Partido no Distrito;
- Definir, de acordo com o programa do PCP e a proposta política geral do Partido as principais propostas políticas para o Distrito de Leiria;
- Eleger a Direcção da Organização Regional de Leiria que, no cumprimento das conclusões da Assembleia de Organização Regional e das orientações gerais do Partido, assumirá a direcção do trabalho, organização e intervenção do Partido no Distrito de Leiria nos próximos 4 anos.

1.2 – Enquadramento

A XI AORLEI realiza-se num quadro social, económico e político extremamente exigente, difícil e complexo para os trabalhadores e o povo e num quadro internacional de grande instabilidade e insegurança.

Acentuou-se a crise do capitalismo e as suas contradições, aumentou a concentração e centralização do capital à custa do agravamento da exploração e das desigualdades sociais, da intensificação do ataque à soberania e independência dos estados; a UE insiste no aprofundamento do neoliberalismo, do federalismo e do militarismo; prossegue um complexo processo de rearrumação de forças no plano mundial; agrava-se a situação internacional em resultado da acção agressiva imperialismo que procura afirmar o seu domínio hegemónico.

A luta pela paz assume grande importância. O agravamento da situação internacional, com graves consequências a variados níveis requer mobilização e acção pela paz e não para a escalada da guerra, requer solidariedade e ajuda humanitária às populações, que não se pode confundir com o apoio a grupos fascistas e neonazis, mas também exige forte denúncia da estratégia de escalada armamentista e de dominação imperialista que os EUA há muito puseram em marcha em articulação com a NATO e a União Europeia.

No plano nacional, os trabalhadores e o povo vêm-se confrontados com uma profunda crise social que sendo indissociável dos efeitos do aprofundamento da crise económica do capitalismo e das consequências da guerra e das sanções, resulta essencialmente das opções do Governo PS que prossegue e aprofunda uma política de direita enfeudada aos interesses do grande capital e às orientações da União Europeia.

Apresentando-se como de esquerda o Governo de maioria absoluta do PS prossegue opções que, tal como o PCP denunciou várias vezes, não só não resolvem nenhum dos problemas dos trabalhadores, do povo e do país, como optam por alimentar os lucros dos grandes grupos económicos e fortalecer o seu poder.

Tal política, cujos resultados são muito visíveis no aumento das desigualdades, da pobreza, da degradação dos serviços públicos, converge objectivamente com a agenda da direita política e económica que tirando partido das consequências de tais opções e recorrendo à hipocrisia e ao populismo tenta levar por diante o seu projecto de ataque aos valores e conquistas do 25 de Abril, aos direitos dos trabalhadores e das populações, aos serviços públicos, designadamente o SNS, e ao regime democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP).

O período entre a X e a XI Assembleia de Organização Regional de Leiria confirmou a intervenção decisiva do PCP, das suas propostas e soluções, da sua determinação em não desperdiçar nenhuma oportunidade para defender e conquistar direitos e em enfrentar as novas exigências com que o povo e o País estão confrontados tomando a iniciativa em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

A acção do PCP demonstrou mais uma vez que não houve nenhum avanço, nenhuma conquista, favorável aos trabalhadores e ao povo, que não resulte da iniciativa, da luta e da intervenção do PCP. Como os tempos mais recentes demonstram, a força do PCP é igualmente o elemento decisivo para travar os projectos reaccionários e para garantir estabilidade aos trabalhadores e ao povo.

Ao longo dos últimos 4 anos e meio o PCP

teve um papel decisivo na travagem de projectos reaccionários; na concretização de um caminho de defesa, reposição e conquista de direitos; na luta e no enfrentar dos impactos da epidemia, defendendo direitos e a democracia, encontrando soluções e corrigindo aspectos gravosos que tinham sido impostos no Orçamento suplementar de 2020, contra o qual o PCP votou; e no combate à política de direita que após as últimas eleições legislativas sofreu um aprofundamento em função da conquista pelo PS da maioria absoluta.

O Partido demonstrou capacidade de resistência e iniciativa, uma grande determinação e uma capacidade de, em circunstâncias muito exigentes, manter uma intensa actividade e intervenção políticas, estimulando simultaneamente a luta dos trabalhadores e do povo e afirmando o seu ideal e projecto, resistindo a uma violenta ofensiva contra a democracia de natureza anticomunista.

As eleições legislativas de 2019 traduziram-se numa relação de forças semelhante às de 2015, mas com uma conjuntura política distinta. Tal como o PCP então alertou, a maioria relativa do PS, num quadro em que PSD e CDS viram confirmada a sua condenação, não foi por si só condição suficiente para garantir um percurso de novos e mais decisivos avanços e para prevenir o perigo de andar para trás no que tinha sido alcançado, faltava o elemento central, um reforço significativo do PCP.

As consequências da COVID19 e os efeitos no País do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo colocaram com redobrada premência a necessidade do aumento geral dos salários, do combate à precariedade e à desregulação dos horários e ao desemprego, da revogação das normas gravosas da legislação laboral, do aumento das reformas e pensões, de enfrentar e solucionar as dificuldades no acesso à habitação, de garantir os direitos das crianças e dos idosos, de controlar o aumento de preços de bens e serviços essenciais, assim como a necessidade do incremento do investimento público e de estímulos ao desenvolvimento económico.

Tornou-se igualmente muito claro que era inadiável a resposta às debilidades dos serviços públicos, com particular evidência no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública e na Segurança Social. Foi igualmente evidente a necessidade de apoiar a actividade das micro, pequenas e médias empresas.

Foi esse o sentido da intervenção do PCP no processo de discussão do Orçamento do Estado em 2022. Passado o período mais agudo da epidemia, e quando se anunciavam vultuosos recursos financeiros, não era aceitável adiar a resposta aos problemas que o País enfrentava e cujo agravamento era previsível, sobretudo num quadro em que eram expectáveis desenvolvimentos negativos, como se veio a confirmar. Avançar mais, resolver problemas estruturais, confrontar os interesses do grande capital para garantir mais justiça social - foi essa a opção que o PCP assumiu corajosamente.

O desenvolvimento da situação política deixou claro que o PS não só não demonstrou vontade e capacidade para encontrar as soluções necessárias, como optou por as rejeitar e não confrontar os interesses do grande capital e as imposições da União Europeia. Ao invés, o PS optou por criar uma crise política em estreita articulação com o Presidente da República, que levou à realização de eleições antecipadas realizadas no contexto de uma campanha contra o PCP visando a garantia de uma maioria absoluta do PS.

A situação em 2022 e as evoluções negativas decorrentes do aprofundamento da crise do capitalismo, agravadas pela situação de guerra no continente europeu e pela política de sanções dos EUA e da União Europeia, confirmou todos os alertas que o PCP fez. Foram cada vez mais claras a correcção e a justeza das suas decisões e posições. E é cada vez mais clara a necessidade de uma política alternativa patriótica de esquerda.

1.3 – Breve balanço da actividade do Partido

Durante o período entre a X e a XI Assembleias da Organização Regional de Leiria, e não obstante dificuldades e insuficiências que importa ultrapassar, a Organização Regional de Leiria deu cumprimento às orientações traçadas pelo pelos XX e XXI Congressos e

pela X AORLEI.

O Partido empenhou-se no seu reforço orgânico, tendo dados passos, ainda que insuficientes no funcionamento das organizações concelhias e fortalecimento das comissões concelhias; na intervenção em zonas com menos implantação do Partido; na propaganda e meios próprios de comunicação; no empenho da organização nas diversas batalhas eleitorais; na difusão da imprensa partidária – nomeadamente com a campanha de difusão do Avante; na capacidade de recolha financeira, nomeadamente nas campanhas de fundo realizadas e na responsabilização de quadros.

Persistem dificuldades e bloqueios em diversas áreas nomeadamente no recrutamento, que apesar de passos positivos está muito aquém do necessário e possível; na estruturação do Partido, nomeadamente nas empresas e locais de trabalho e ao nível local de freguesia: na integração de novos militantes e na distribuição de tarefas, nomeadamente permanentes; e na capacidade do Partido de maior ligação às massas e de intervenção constante sobre os problemas e anseios dos trabalhadores e das populações. As conclusões da Conferência Nacional do Partido realizada em Novembro de 2022 constituem um valioso instrumento para dar passos na articulação dialéctica entre o reforço orgânico, a iniciativa política, o desenvolvimento da luta e o reforço do trabalho de massas.

A Organização Regional de Leiria desenvolveu ao longo deste período uma intensa actividade que muitas vezes foi além do que à primeira vista poderia parecer possível tendo em conta a realidade orgânica do Partido no distrito de Leiria. Destacam-se pela sua importância, demonstração de tenacidade, perseverança, capacidade de direcção, organização e criatividade a actividade desenvolvida no quadro epidémico da COVID19 e a capacidade demonstrada de manter a acção, intervenção e proposta do Partido; a dimensão e conteúdo das comemorações do Centenário do PCP; as campanhas para os diversos actos eleitorais realizados em 2019, 2021 e 2022; o funcionamento ininterrupto dos principais organismos de direcção durante todo o período epidémico; a realização ininterrupta da

Festa de Verão na Foz do Arelho; a realização de grandes iniciativas de convívio, das quais se destacam as iniciativas com o Secretário Geral do Partido; a intervenção qualificada em torno de alguns dos principais problemas do Distrito nomeadamente nas áreas do trabalho, dos serviços públicos, da mobilidade, do ambiente, da defesa da floresta e da mata nacional de leiria, do combate à interioridade e regressão demográfica no interior norte do Distrito, em defesa da cultura e do património; a unidade, coesão e determinação face às campanhas desferidas contra o Partido nomeadamente em torno do Orçamento do Estado em 2021, da realização da Festa do Avante em 2020 e 2021 e de uma intensa e prolongada operação contra o PCP, sustentada na mentira, na difamação e na promoção de preconceitos nomeadamente em torno da guerra na Ucrânia.

As comemorações do Centenário do PCP mereceram da Organização do Partido um grande empenho. Sob o lema “O futuro tem Partido” desenvolveram-se inúmeras acções, que tiveram um ponto alto no dia 6 de Março de 2021 que no quadro dos “100 anos, 100 acções” e sob o lema “Liberdade, Democracia, Socialismo – Pelos direitos, a melhoria das condições de vida e o progresso social. Contra a exploração e o empobrecimento” realizou no distrito de Leiria, acções em seis concelhos, que pelo seu significado, simbolismo e conteúdo constituíram notáveis momentos de afirmação do Partido, do seu projecto e ideal.

Capítulo 2.

Caracterização económica, social e demográfica do Distrito

2.1 - População

Em 2021 o Distrito tinha 458 605 habitantes, correspondente a 4,5% da população do país, uma quebra de 2,62% face a 2011, o que representa menos 12 325 residentes, sendo 238 731 habitantes do sexo feminino e 219 874 do sexo masculino.

Apenas três concelhos, Leiria (+1,35%, 1706 hab.), Marinha Grande (+0,84%, 343 hab.) e Óbidos (+1,27%, 150 hab.), registaram uma tênue subida da população residente. As maiores perdas de população registaram-se em Bombarral (-3,39%, -447 hab.), Porto de

Mós (-4,68%, -1140 hab.), Pombal (-7,38%, -4047 hab.), Ansião (-11,08%, -1486 hab.), Pedrógão Grande (-13,41%, -525 hab.), Figueiró dos Vinhos (-14,39%, -888 hab.), Alvaiázere (14,40%, -1049 hab.) e Castanheira de Pera (-17,11%, -546 hab.). Leiria foi uma das seis capitais de distrito que viu a população aumentar situando-se, quanto ao aumento, atrás de Setúbal, Aveiro, Faro e Braga e à frente de Viseu.

A taxa bruta de natalidade em 2020 foi de apenas 7,6 ‰, em linha com os últimos anos, contra os 8,2‰ nacionais. A estrutura etária mostra o envelhecimento da população. Relativamente a 2011, os grupos etários até aos 64 anos conhecem uma retracção. O grupo etário dos com 65 ou mais anos tem um acréscimo assinalável e já representa mais de 23% da população, contra 22% nacionais.

O aumento significativo da população estrangeira residente (+26% face a 2011) não conseguiu compensar as perdas. Os Censos de 2021 evidenciaram a dimensão do desastre das políticas de direita do PS, PSD e CDS ao longo das últimas décadas.

O total da população activa em 2021 cresceu 1,31% face a 2011, tendo passado de 195 890 para 198 450 pessoas. Em 2021 havia 150 721 trabalhadores por conta de outrem (TCO) contra 152 508 TCO em 2011, o que indica uma ligeira recuperação face a 2015, ano em que se registou uma queda de 2% face a 2011.

O número de trabalhadores em nome individual em 2021 era 20 050 contra 15 360 de 2011 (+30,53%). É provável que em muitos casos se esteja perante os chamados falsos recibos verdes. O número de patrões passou de 24 526 em 2011 para 23 610 em 2021, uma quebra de 3,73%.

Os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande e Pombal concentram 73% dos TCO do distrito, sendo que a capital do Distrito concentra 31% destes, uma redução do peso relativo face a 2015 (34%).

Os activos do sector primário em 2021 (6 941) concentram-se nos concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Peniche e Pombal. Estes concelhos detêm mais de 78% de todos os efectivos do sector.

A população activa no sector secundário era em 2021 de 66 513 pessoas, concentrando-se nos concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós. Estes concelhos detêm cerca de 82% de todos a população activa no sector.

A população activa no sector terciário (124 996) concentra-se nos concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós. Estes concelhos detêm 82% de todos as pessoas que desenvolvem actividade neste sector.

2.2 - Evolução sócio-económica

O Distrito de Leiria continua a manter um tecido económico diversificado embora com oscilações que acompanham a tendência de terciarização da economia. No sector primário continuam a destacar-se as pescas, a horto-fruticultura na agricultura, a pecuária e a indústria extractiva. O sector secundário, pese embora a continuação de tendências de transformação anteriores e dos problemas inerentes à complexidade da situação internacional, mantém importantes expressões nos moldes, na transformação de plásticos, designadamente para a indústria automóvel, na indústria alimentar, no vidro, na cerâmica, na metalomecânica, entre outras. No sector terciário consolidou-se o peso dos serviços e do turismo.

Em 2020 o número médio de trabalhadores por empresa no Distrito era inferior a 2,7 . Apenas cinco concelhos apresentam uma média superior a 3 trabalhadores por empresa, a saber, Alcobaça (3,1), Batalha (3,5), Leiria (3,3), Marinha Grande (3,7) e Pombal (3,1). Em 2020, conforme dados do INE, o volume médio de negócios por empresa foi 202 mil euros, com apenas metade dos concelhos a apresentarem uma média de volume de vendas superior a 200 mil euros, sendo apenas dois os concelhos a apresentarem uma média superior a 300 mil euros, Leiria (€311,2 mil) e Marinha Grande (€339,4 mil). Mais de 96% das empresas têm menos de 10 trabalhadores, sendo que nos concelhos da Nazaré e Pedrogão essa percentagem sobe para 97,7% e 98,5% respectivamente, e que é nos Concelhos da Batalha e Marinha Grande que se verifica uma percentagem abaixo da média (94,1%)

A situação económica do distrito apresenta variações significativas relativamente ao período da X Assembleia, fruto não só da situação de pandemia que afectou, e ainda afecta, a economia, mas, em grande medida pelo efeito da crise estrutural do capitalismo, com evidências em alguns sectores já no ano de 2019, e da inversão do rumo político que vinha sendo seguido desde 2016 por força da vontade e decisão do PS de servir os interesses do grande capital e das grandes potências estrangeiras. Embora haja elementos contraditórios de sector para sector, em geral a situação económica e social agravou-se em 2022. Há diversas empresas que atravessam dificuldades e outras em processo de insolvência, sendo de destacar o sucedido ao Grupo Geco de Leiria que chegou a ter quase 400 trabalhadores ao seu serviço e foi declarado insolvente em 2022.

A massa salarial, por opção do PS e sob pressão do grande capital, continua praticamente estagnada apesar da elevada inflação que se faz sentir (cerca de 9% em Novembro de 2022), o que conduziu à degradação do nível de vida dos trabalhadores e reformados, impede a expansão da economia interna e nalguns sectores leva à sua estagnação.

De acordo com os dados do INE, em 2019 o rendimento mensal médio dos trabalhadores (o montante bruto pago em dinheiro ou géneros, incluindo o pagamento de trabalho extraordinário) no Distrito é inferior à média nacional, mantendo-se o quadro anterior. De toda a região apenas no concelho da Marinha Grande o rendimento mensal médio dos trabalhadores (€1.335,30) é superior à média nacional (€1.206,34). Apenas em 7 dos 16 concelhos do Distrito (Marinha Grande, Leiria, Batalha, Porto de Mós, Pombal, Óbidos e Alcobaça, por ordem decrescente de rendimento) o rendimento mensal médio dos trabalhadores é superior a 1000 euros. Figueiró dos Vinhos é o concelho onde os trabalhadores auferem o rendimento mensal médio mais baixo (€871,62).

A repartição dos TCO de acordo com o nível de habilitações é a seguinte: inferior ao 1.º ciclo do ensino básico (CEB) 0,4%; com o 1.º CEB 9,7%; com o 2.º CEB 13,1%; com o 3.º CEB 28,3%; com o ensino secundário 31,5%;

com ensino superior 16,9%.

Em consequência da baixa taxa de natalidade e do enorme êxodo de força de trabalho regional, principalmente pela via da emigração, o Distrito apresenta um grande défice de força de trabalho especializada e não especializada, lapso que está a ser parcialmente colmatado em diversas áreas de actividade com recurso a força de trabalho imigrante. Os trabalhadores migrantes são uma realidade laboral e social a ter em conta nos planos sindical e político, que precisa de ser acompanhada pela organização do Partido.

O decurso do tempo desde a última Assembleia veio confirmar a tese de que a estrutura económica regional estava enfraquecida e descapitalizada e era alvo fácil de capitais exógenos à região, frequentemente estrangeiros ou especulativos. Neste período ocorreram diversas operações de concentração e centralização de capital e de tomadas de posição de capital internacional e de fundos de investimentos em diversas empresas de vários ramos de actividade, sendo os últimos casos relevantes conhecidos o Grupo Vangest da Marinha Grande tomado por um fundo de investimento suíço, a Ricardo Galo Vidro da Marinha Grande adquirida pela espanhola Vidrala, a Panicongelados (bens alimentares ultra-congelados) de Leiria, com cerca de 500 trabalhadores, tomada por um grupo francês Le Duff, e a NOVARES, empresa francesa com unidades de produção em Portugal, cuja fábrica de Leiria (tal como a de Vendas Novas), com 600 trabalhadores, foi adquirida pelo Grupo Manuel Champalimaud, que já anteriormente tinha adquirido o Grupo GLN de Leiria e a Famolde da Marinha Grande.

Neste período houve um acentuado investimento em Formação Bruta de Capital Fixo na generalidade dos sectores representados na região. Todavia, em consequência das medidas adoptadas para combate à Covid-19 no espaço da União Europeia e, já em 2022, às vagas de sanções impostas à Rússia, não são poucas as empresas em dificuldade para solverem os compromissos financeiros assumidos, havendo várias com processos de recuperação ou a aguardar a decisão dos credores.

Os custos dos combustíveis e energia, que já eram amplamente desfavoráveis face às economias concorrentes, sofreram grandes aumentos em 2021, que se agravaram substancialmente em 2022 na sequência das sanções impostas à Rússia, causando um forte agravamento dos custos para a economia regional, em muitos casos forte consumidora de energia, diminuindo a sua capacidade de concorrência no contexto da economia internacional. Os preços dos combustíveis e da energia tornam evidente a justeza da reivindicação do PCP de retomar o controlo público da EDP e REN e da GALP.

Em 2020 o distrito tinha 2252 empresas exportadores, o correspondente a 6,2% do todo nacional, que venderam ao estrangeiro 2,1 mil milhões de euros, correspondente 3,2% do valor das exportações nacionais. O valor médio por empresa das exportações regionais (1,02 milhões de euros) é inferior ao valor médio por empresa nacional (1,67 milhões de euros). Na sua maioria são empresas industriais. A taxa exportadora regional foi em 2020 de 13,8%, acima da média nacional com 10,8%.

Os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós concentraram em 2021 94% das exportações. Os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande e Pombal concentraram cerca de 80% das 250 maiores empresas do Distrito. O maior grupo empresarial do Distrito é o grupo Lusiaves com mais de 1700 trabalhadores, com actividade nos três sectores. A unidade individual com maior número de trabalhadores é a fábrica da Roca com 913 TCO.

2.2.1 – Indústria

A indústria transformadora mantém o forte peso económico e social no Distrito, sendo determinante na sua caracterização económica. A indústria, que continua a ocupar mais de 33% de toda a força de trabalho do Distrito, detém 35% das exportadoras e está na origem de 64% das exportações regionais em 2021.

Entre 2011 e 2021 a população activa na indústria cresceu em Alcobaça (0,4%, 44), Leiria (3,67%, 721), Marinha Grande (4,81%, 372) e Nazaré (17,26%, 246). É relevante o

crescimento na Nazaré, facto que está correlacionado com a instalação de unidades industriais na ZI do Valado de Frades. Em todos os outros concelhos houve uma diminuição dos TCO, com expressão muito elevada em Alvaiázere (-16,94%, -135), Ansião (-15,87%, -282) e, de forma intensa, Castanheira de Pera (-31,97%, -117).

Muito inserida na divisão internacional do trabalho, a indústria da região passa por situações contraditórias com sectores a conhecer crescimento acentuado da produção e sectores estagnados ou em perda.

A indústria de moldes metálicos – o sector com maior número de trabalhadores no Distrito –, vinha atravessando uma situação de redução de encomendas e do volume de negócios desde 2018, embora de forma não uniforme. Algumas empresas encerraram, com destaque para o Grupo GECO de Leiria, e várias encontram-se em processos de recuperação ou a aguardar a decisão dos credores. Diversas mudaram de titularidade num processo de centralização e concentração do capital em curso.

O sector de transformação de matérias plásticas, agora o segundo empregador na indústria, teve um crescimento acentuado em alguns ramos, mas o dos plásticos técnicos para a indústria automóvel atravessa dificuldades. Nos primeiros meses de 2022 houve empresas com quebras de produção de 50%.

Os aumentos dos preços dos combustíveis e energia afectam a produção de vidro (Jornal de Leiria, 2022-03-24, 19) e da cerâmica. Face à alta dos preços do gás, algumas empresas de cerâmica estrutural do Distrito chegaram mesmo a suspender a produção em alguns períodos de 2021 e 2022. Pelo menos num dos casos foi tomada a decisão de abandonar a produção de tijolos.

Capítulo 3

Situação Social, a organização e a luta dos trabalhadores e de outras camadas sociais

3.1 – Evolução da situação social

O período entre a X e a XI AORLEI compreendeu parte do período que o Partido

caracterizou como nova fase da vida política (2016-2021), em que em resultado da correlação de forças na Assembleia da República e da luta dos trabalhadores foi possível a reposição de direitos, salários, pensões e reformas que tinham sido violentamente atacados pelo Governo PSD/CDS.

O PCP teve um papel decisivo em conquistas como os sucessivos aumentos do Salário Mínimo Nacional (SMN), os aumentos extraordinários das pensões, a reposição dos feriados roubados, medidas para travar o desinvestimento no SNS e na escola pública, novos direitos como a gratuitidade dos manuais escolares, a redução das despesas com as creches ou o passe social intermodal (PART).

De igual forma foi a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores e das populações que forçou o Governo minoritário do PS a aceitar medidas para o apoio à pequena e média agricultura, as pescas e as pequenas e médias empresas, a redução do IVA na restauração, entre várias outras.

Tais conquistas, apesar de insuficientes e de não responderem a questões estruturais a que o PS optou por não dar resposta fruto dos seus compromissos com o grande capital e as orientações da União Europeia, atenuaram a profunda crise social que afectou amplas camadas da população do Distrito.

Não obstante estes avanços, e sobretudo após as eleições de 2019, o Governo minoritário do PS tornou clara a sua opção de reduzir o ritmo dos avanços e de aprofundar elementos da política de direita que nunca abandonou e que são hoje, como o PCP alertou, muito claras e que estão a ter consequências profundamente negativas na vida dos trabalhadores e populações do Distrito, seja no aumento do custo de vida, seja no funcionamento dos serviços públicos, com destaque para o SNS, seja na situação altamente preocupante de vários sectores produtivos, nomeadamente na agricultura.

As opções do Governo, vertidas nomeadamente nos Orçamentos de Estado para 2022 e 2023, associadas aos efeitos da crise do capitalismo e ao contexto internacional marcado pela guerra e pelas

sanções, estão a ter como consequência uma regressão na situação social do Distrito. A estas causas de fundo somam-se os efeitos que se fizeram sentir, e alguns ainda fazem, de catástrofes regionais como os incêndios florestais de 2017 e 2022 e a tempestade Leslie em 2018, entre outros de menor dimensão, que sobrecarregaram e colocaram em situação de altíssima vulnerabilidade muitos milhares de pessoas por todo o distrito.

3.2 – O PCP e a luta dos trabalhadores, das populações e de outras camadas

O período desde a última Assembleia da Organização Regional fica marcado por um significativo esforço, levado a cabo em situações muito exigentes, em estimular a luta de massas. A luta dos trabalhadores e das populações foi fundamental para forçar o Governo do PS para, no quadro da nova fase da vida política nacional, aceitar a concretização do conjunto de medidas de reposição e conquista de rendimentos e direitos, ainda que de forma insuficiente.

A luta dos trabalhadores e das populações foi também o elemento central de resposta às tentativas de intensificação da exploração a propósito da epidemia e, sobretudo a partir de 2019 para resistir a novas tentativas de inversão do rumo imposto pelo PCP a partir de 2015 e de uma opção do Governo de identificação com os interesses do grande capital e com as imposições da União Europeia, como é bem visível na política de imposição da perda do poder de compra dos trabalhadores, de convergência com os interesses dos grandes grupos económicos e com uma renovada linha de desinvestimento nos serviços públicos.

A luta dos trabalhadores no Distrito desenvolveu-se nestes 4 anos e meio nos mais variados concelhos, sendo de destacar as lutas nos sectores do vidro, nas indústrias de vidro de embalagem na Marinha Grande; no sector metalúrgico, na DS Smith e na Schaeffler, entre outras; no sector cerâmico, na SPAL, na Atlantis ou na Bordalo Pinheiro; no sector das Madeiras, como na Valbopan; no sector alimentar, como nas grandes lutas e greves na Sumol+Compal, ESIP-Thay Union, CoralFish ou Mapicentro; no sector dos plásticos, como na Planeta Plásticos (Dunlop);

no sector dos transportes, como na Rodoviária do Lis e do Oeste; no sector do comércio, com várias lutas dos trabalhadores das média e grandes superfícies; nas IPSS, como na Misericórdia ou no Montepio; no sector do Turismo; na Administração pública e na Administração Local; nos CTT; no sector da saúde, com várias jornadas de luta dos enfermeiros e dos auxiliares, bem como das lutas dos trabalhadores das cantinas do Hospital de Santo André; no sector da educação, com variadas e significativas jornadas de luta dos vários profissionais do sector; bem como grandes lutas de sectores profissionais com destaque para os professores e os enfermeiros.

Para lá de centenas de pequenas e grande acções nestes e noutros sectores, destacam-se as grandes jornadas de convergência, nomeadamente a participação dos trabalhadores do Distrito nas grandes manifestações nacionais e nas Jornadas de luta descentralizadas, convocadas pela CGTP/IN, bem como as jornadas de luta do 1.º de Maio, especialmente as de 2020 e 2021 que, pelas condições especiais em que se realizaram, constituíram uma das mais significativas jornadas de luta das últimas décadas, afirmando na rua os direitos colectivos dos trabalhadores.

Num Distrito em que o peso do sector primário é ainda significativo apesar das consequências de décadas de política de direita que destruíram grande parte da agricultura familiar e pequena agricultura e parte da frota pesqueira do Distrito, os pescadores e agricultores do Distrito têm protagonizado importantes jornadas de luta: os pescadores nas lutas pela valorização do pescado na 1.º venda, contra a subida dos custos do fatores de produção, pela defesa da pesca, das condições de vida, trabalho e segurança dos trabalhadores da pesca; Os agricultores em defesa da agricultura familiar e do mundo rural, pela exigência de apoios face às consequências de catástrofes naturais, ao aumento dos custos de produção ou às consequências da política de favorecimento do agronegócio e da grande distribuição.

A luta das populações teve também importantes expressões contra abandono da floresta e contra a forma como se tem

esventrado a terra abrindo pedreiras sem controlo como na serra de Sicó, em defesa da Mata Nacional de Leiria ou ainda em defesa dos direitos dos compartes dos baldios ou dos regantes.

A luta de massas foi igualmente desenvolvida por camadas sociais específicas, nomeadamente com as lutas desenvolvidas pelos reformados e pensionistas, nomeadamente com mobilizações para jornadas de luta descentralizadas, acções nacionais do MURPI e da Inter Reformados e em particular para o Picnicão do Murpi; pelas mulheres em luta pela igualdade com variadas acções do MDM em vários pontos do Distrito e com a mobilização para as Manifestações Nacionais de Mulheres; pelos jovens, nomeadamente com as jornadas nacionais de luta dos jovens trabalhadores ou dos estudantes; e mais recentemente as acções desenvolvidas contra o aumento do custo de vida.

A luta em defesa dos serviços públicos - nomeadamente em defesa do Serviço Nacional de Saúde - teve uma evolução significativa em vários concelhos como resposta à degradação das condições do SNS e aos ataques de que é alvo. De igual forma em defesa da escola pública e dos direitos dos pais e crianças nomeadamente contra municipalização da educação ou em torno das AEC's foi desenvolvida.

As populações do Distrito de Leiria mobilizaram-se em torno de questões centrais para o desenvolvimento do Distrito como o direito à mobilidade e em particular em torno da requalificação e valorização da linha do Oeste, ou mais recentemente em defesa da reposição das freguesias, com o contributo decisivo do PCP.

Destaca-se também a continua intervenção do Partido no estímulo à luta pela Construção de uma nova unidade hospitalar na região Oeste.

Num quadro em que o Distrito de Leiria ainda hoje sofre as consequências de várias catástrofes e problemas climáticos - designadamente os grandes incêndios de 2017 e 2022 ou a tempestade Leslie de 2018 - o Partido desenvolveu uma continuada e qualificada intervenção em defesa da floresta e da qualidade de vida das populações

nomeadamente no norte e centro do Distrito, da mata nacional de leiria, do apoio às comunidades afectadas pelos incêndios, em defesa dos apoios aos bombeiros e do respeito pelo seu papel e dignidade, entre outras.

O Partido manteve uma importante intervenção de defesa da cultura, do património e do ambiente no Distrito de Leiria, sendo de destacar a importantíssima vitória do Museu Resistência e Liberdade na Fortaleza de Peniche, a intervenção desenvolvida em torno do património edificado e histórico, nomeadamente nas Caldas da Rainha, Alcobaça ou Leiria, ou as lutas estimuladas em torno de questões ambientais como a Lagoa de Óbidos, o Promontório da Nazaré, as Arribas em S. Martinho do Porto, a poluição nas bacias do Alcoa e Liz, entre muitas outras.

Pela intervenção do PCP, em conjunto com as populações, foi possível combater os interesses do grande capital que sempre procurou impor lógicas da monocultura do turismo de massas arcando as populações com as nefastas consequências daí decorrentes, sentidas designadamente ao nível da desmesurada especulação imobiliária.

Apesar do desastre que tem significado a política de direita de sucessivos governos de PS, PSD e CDS, há quem tenha continuado a lutar e a resistir. As lutas travadas neste período, pelos jovens e menos jovens, pelos operários, agricultores, pescadores, mariscadores, pequenos armadores, micro, pequenos e médios empresários do Distrito têm sido muitas e de largo alcance. Lutaram e continuam a lutar, organizam-se para combater políticas que degradam as condições de vida de quem trabalha e que empobrecem o País e o nosso povo.

Demonstrando capacidade de trabalho e determinação o PCP tem estado sempre aos lado de todos os que lutam por um Distrito melhor e mais justo, contactando com dezenas de estruturas do movimento associativo, das organizações dos agricultores e pescadores, do poder local que luta contra a desresponsabilização do Estado, por exemplo no processo de recuperação das catástrofes dos incêndios em Alvaiázere; das associações de defesa ambiental, lutando com eles pela

despoluição e preservação dos rios Liz e Alcoa; pela ordenação e preservação da orla Costeira e protecção das Arribas; com as comissões de utentes que lutam pelo direito à Saúde na Nazaré, na Marinha Grande, em Peniche ou no Bombarral; ao lado dos pais pela redução dos custos das famílias no acesso às CAF e AAFP como na Marinha Grande, entre tantos outros exemplos.

Foi pela intervenção do PCP, juntamente com os trabalhadores e largas camadas da sociedade que foi possível não deixar cair no esquecimento o que significou para o país a heróica luta pela liberdade e contra o fascismo, fazendo tudo para que a memória seja uma arma de futuro, como no caso do Museu Nacional da Resistência e Liberdade no Forte de Peniche, conquista que o PCP e as populações tratarão de assegurar até à sua inauguração, ou na importante luta pela memória da luta operária na Marinha Grande, contra a deslocalização do monumento ao 18 de Janeiro.

Para minimizar os impactos nas populações de todo este cenário, foi sempre o PCP que ocupou a linha da frente quando se tratou de exigir respostas.

3.4 – Uma visão estratégica e uma política alternativa patriótica e de esquerda para o Distrito de Leiria

À imagem do resto do país, a situação no Distrito sofre das consequências de décadas de política de direita, imposta pelas mãos de PS, PSD, CDS, e agora defendida e radicalizada pela IL e pelo Chega. É de destacar, entre muitos outros problemas estruturais a falta de planeamento e investimento para o desenvolvimento nos planos económico, social, cultural, ambiental e de gestão da floresta.

O Distrito de Leiria tem inúmeras riquezas. Desde logo os trabalhadores e o seu povo - a sua maior riqueza - mas também os recursos naturais que é necessário gerir de forma racional e em função do interesse público; os sectores produtivos na indústria na agricultura e nas pescas que é necessário defender; as belezas naturais que potenciam o turismo e que têm de ser protegidas; o património

histórico e cultural que urge potenciar, divulgar e preservar.

Para que os recursos do Distrito sejam colocados ao serviço do bem-estar e do desenvolvimento integral das suas populações é necessário, como o PCP tem defendido, uma política alternativa para o desenvolvimento para o Distrito de Leiria.

Um modelo com uma visão estratégica que ponha os trabalhadores, as populações e os territórios no centro das políticas. Uma visão sustentada num planeamento estratégico assente numa forte componente de investimento público, no controlo público do que é estratégico e fundamental para o desenvolvimento económico e o progresso social e no investimento no ensino superior público, na ciência, na investigação para o desenvolvimento e na tecnologia como instrumentos para o progresso social e o desenvolvimento aos serviço das populações. Um planeamento estratégico que aposte no desenvolvimento equilibrado e diversificado do tecido produtivo compatibilizando o desenvolvimento da produção industrial e do sector de serviços com uma aposta no sector primário, designadamente na agricultura familiar e as pescas, que apoie e potencie as economias locais e o papel central na economia da região das micro, pequenas e médias empresas, e que encare a preservação de recursos e ambiental, a defesa da floresta e do mundo rural como elementos estratégicos para a expansão sustentável da actividade produtiva e a protecção e desenvolvimento dos territórios, e que tenha como um dos seus eixos centrais o combate às assimetrias regionais nomeadamente por via da definição a concretização de um plano de recuperação demográfica, social e económica para várias regiões do Distrito, nomeadamente no Pinhal Interior Norte.

Uma política alternativa e uma visão estratégica que deve subordinar o desenvolvimento económico ao progresso social e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações e que tenha como eixos estruturantes: o aumentos de salários e pensões, a estabilidade e direitos de quem trabalha, a defesa e investimento público na habitação, encarando-a como um direito, a defesa e fortalecimento da escola pública,

gratuita, de qualidade, democrática, para todos e descentralizada, a consagração e alargamento dos direitos dos pais e crianças, a defesa e consagração universal do direito à saúde com um sério investimento em meios humanos e técnicos e infra estruturas, e designadamente com a construção de um novo hospital no Oeste; um plano integrado de mobilidade para o Distrito que modernize e potencie a linha do Oeste como eixo estruturante; a defesa de serviços públicos de qualidade acessíveis a todas as populações do Distrito; a rejeição da desresponsabilização do Estado nas suas funções sociais; a concretização da Regionalização como consagrando na Constituição da República, elemento fundamental para o aprofundamento da democracia e da participação democrática no governo dos territórios; a defesa do poder local democrático a recusa da transferência de encargos para as autarquias; a defesa cultura como um direito e um factor de desenvolvimento e integração dos territórios.

Tal visão estratégica para o Distrito de Leiria, tem como condição necessária a materialização de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, com base nos valores de Abril, por um distrito e por um país com futuro.

Capítulo 4

Caracterização do Quadro Partidário e processos eleitorais

4.1 – Breve caracterização do quadro partidário

O Distrito de Leiria é caracterizado por uma forte bipolarização entre PSD e PS, partidos que quer na acção governativa, quer pelo número de deputados eleitos pelo distrito, são os principais responsáveis pelos problemas não resolvidos e por questões estruturais e promessas que há muitos anos estão por cumprir.

Nas eleições legislativas de 2022 o PS passou a ocupar o lugar de primeira força no Distrito. Tal alteração, com significado político, resulta por um lado do processo de recomposição política nas forças políticas à direita do PS, que no seu conjunto continuam a ser maioritárias na região e até reforçaram posições, mas em que se verifica uma

tendência de erosão eleitoral do PSD que foi muito pronunciada nas eleições legislativas de 2019, um muito significativo enfraquecimento do CDS e simultaneamente um crescimento significativo da IL e do Chega. Por outro lado o crescimento eleitoral do PS é fruto da imposição da chantagem e medo imposto com a ideia do retorno da direita nestas eleições.

O PS apesar do seu crescimento eleitoral, e de ser a força que está no Governo, continua a pautar a sua intervenção no Distrito por uma quase total ausência de capacidade e vontade política para dar resposta a pequenos e grandes problemas da população do Distrito como foram exemplos a sua incapacidade para pressionar o governo em questões como a recuperação da mata nacional de leiria, a resolução dos gravíssimos problemas resultantes dos incêndios, a necessidade de um novo hospital no Oeste ou a resolução de inúmeros problemas no SNS. Também no exercício do Poder Local no Distrito de Leiria o Partido Socialista não se distingue das políticas e práticas do PSD.

No Distrito de Leiria não se conhece uma significativa actividade partidária pública do PSD, procurando manter e expandir a sua influência por via da instrumentalização de estruturas e instituições variadas. O Chega, que tem um deputado eleito pelo distrito, não tem intervenção relevante na vida política distrital nem influência autárquica, limitando-se a tentativas de instrumentalização populista de descontentamentos e a uma intervenção profundamente reaccionária.

Chega e IL que como é bem visível no Distrito são, na sua essência sucedâneos do PSD e do CDS, não só do ponto de vista político e ideológico, mas mesmo do ponto de vista orgânico e de direcção.

O BE, que perdeu o seu deputado eleito pelo Distrito, aprofundou a sua característica de Partido com uma muito débil organização e estruturação partidária e sem influência digna de registo no poder local.

Os Movimentos de Cidadãos eleitores, que sob a capa de "independentes" escondem as suas ligações partidárias e ao grande patronato, ou albergam projectos pessoais desprovidos de projecto, alargaram a sua influência no poder local em vários Concelhos.

Passada a fase da “novidade” e da suposta “oposição” à “prática dos partidos políticos” o exercício do poder por este tipo de forças no poder local vem confirmar os alertas do PCP quanto à natureza e objectivos destas.

O PCP, apesar de uma ligeira diminuição da sua influência eleitoral nos últimos 4 anos mantém-se como uma importante força política no Distrito, com presença e organização na vasta maioria dos Concelhos do Distrito, com uma forte e qualificada intervenção e com uma forte influência social.

4.2 – Batalhas Eleitorais no Distrito de Leiria

Partido profundamente empenhado na luta de massas, o PCP é ao mesmo tempo uma força política que intervém activamente nas batalhas eleitorais. Num quadro de intensa campanha anticomunista em que o silenciamento imposto à intervenção do PCP se somou à promoção de outras forças políticas, o PCP assegurou, no quadro da CDU, uma forte intervenção eleitoral, com campanhas eleitorais de grande mobilização e qualidade de intervenção. Foi o grau de mobilização e o conteúdo das propostas da CDU que permitiu resistir a tais campanhas, atenuar no Distrito a tendência nacional nas últimas eleições de perda, e chegar a mais eleitores e levar as nossas propostas mais longe.

Simultaneamente as batalhas eleitorais realizadas no período entre as X e XI AORLEI demonstram fragilidades e insuficiências que o Partido deve avaliar, corrigir e superar, nomeadamente por via do alargamento do trabalho de massas e de intervenção política fora dos períodos eleitorais.

4.2.1 - As eleições para o parlamento europeu de 2019

Nas Eleições para o Parlamento Europeu de 2019 a CDU obteve 6379 votos e 4,49%.

Este resultado significa uma perda relativamente a 2014. Contudo, apesar da redução da votação que acompanhou a tendência Nacional, o resultado contribuiu para a Eleição de dois Deputados a nível Nacional, o que permite dar continuidade ao notável trabalho que o PCP desenvolve no Parlamento Europeu.

4.2.2 – As eleições legislativas de 2019

Nas Eleições Legislativas de Outubro de 2019 a CDU, obteve 9537 votos correspondente a 4,26 % dos votos. Tal resultado corresponde a uma descida de votos relativamente a 2015, que acompanhou, embora de forma menos acentuada, a tendência a nível Nacional. De registar que o PSD e BE perderam igualmente votos e Deputados numas eleições em que se registou maior abstenção que em 2015.

4.2.3 – As eleições presidenciais de 2021

Nas Eleições Presidenciais de 2021 a votação obtida no candidato João Ferreira traduziu um progresso eleitoral relativamente às eleições de 2016. A candidatura de João Ferreira obteve 3,11% correspondente a 7340 votos, mais 3171 do que a candidatura do PCP em 2016.

4.2.4 – As eleições autárquicas de 2021

Nas eleições autárquicas a CDU concorreu a todos os Concelhos do Distrito e a mais Freguesias do que em 2017. Não obstante o quadro particularmente exigente em que decorreram estas eleições, a CDU mobilizou milhares de activistas e candidatos no Distrito, e realizou uma campanha com grande confiança e determinação, afirmando o trabalho a honestidade e a competência como os aspectos essenciais do trabalho Autárquico. Mesmo onde o PCP tem mais dificuldades de organização os nossos candidatos e activistas mobilizaram-se numa campanha ligada à vida e ao concreto, com resultados positivos que se repercutiram no reforço do Partido.

A CDU não atingiu os objectivos de obter maiorias nos Concelhos da Marinha Grande e Peniche. Tal facto não é indissociável do papel das listas de cidadãos de eleitores que como foi evidente na Marinha Grande ganhou as eleições por via da congregação do objectivo de impedir a CDU de obter a maioria.

Não obstante uma avaliação negativa relativamente aos dois principais objectivos acima referidos, valorizam-se novas conquistas como o facto de a CDU ter vencido as eleições para as Juntas de Freguesia de Valado dos Frades (Nazaré) e Moita (Marinha Grande), ter eleito pela primeira vez em muitos anos um vereador na CM da Nazaré, ter mantido a presidência da Junta de Freguesia

de Serra D’El Rei, entre vários outros aspectos positivos de reforço de posições em Assembleias de Freguesia.

A CDU obteve no Distrito 4,56% correspondente a 10.085 votos

4.2.5 – As eleições legislativas de 2022

Nas eleições legislativas de 2022 os resultados eleitorais da CDU no Distrito de Leiria acompanharam a tendência nacional de perda, embora de forma mais atenuada, com as conhecidas consequências para a vida concreta dos trabalhadores e das populações. A CDU obteve 7340 votos e 3,11% da votação. O resultado da CDU no País e no Distrito ficou aquém do trabalho que o PCP e o PEV realizaram, do determinante contributo que deram para os avanços e conquistas conseguidos entre 2016 e 2019, do valor das soluções que apresentaram para os problemas nacionais e da extraordinária campanha de esclarecimento e mobilização para o voto realizada no Distrito de Leiria

O PS, que passa a primeira força no distrito, é o grande beneficiado das eleições na decorrência do cálculo político que o tinha feito caminhar para eleições antecipadas, da chantagem em torno do “perigo da extrema direita” e da campanha realizada de recuperação da bipolarização.

PSD e seus sucedâneos aumentam a sua votação (o CDS sofre uma erosão eleitoral muito pronunciada) e o Chega elege um deputado. O BE perde o deputado e cerca de metade da sua massa eleitoral no Distrito de Leiria.

4.2.6 – Próximas batalhas eleitorais

As batalhas eleitorais, nomeadamente as que estão previstas para 2024 (Eleições para o Parlamento Europeu); 2025 (Eleições para a Presidência da República e eleições autárquicas) e 2026 (Eleições Legislativas) devem ser encaradas como momentos fundamentais de participação e esclarecimento, de denuncia da política de direita, de afirmação da alternativa Patriótica e de esquerda e, no caso das eleições autárquicas, de afirmação dos princípios e projecto autárquico do PCP.

Capítulo 5

Reforçar o Partido, intensificar a luta

5. O Partido

5.1 O Partido, a sua natureza, objectivos e funcionamento

“O Partido Comunista Português, partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, inteiramente ao serviço do povo português e de Portugal, tem como objectivos supremos a construção do socialismo e do comunismo – de uma sociedade nova liberta da exploração do homem pelo homem, da opressão, desigualdades, injustiças, e flagelos sociais, sociedade em que o desenvolvimento das forças produtivas, o progresso científico e tecnológico e o aprofundamento da democracia económica, social, política e cultural assegurarão aos trabalhadores e ao povo a liberdade, igualdade, elevadas condições de vida, cultura, um ambiente ecologicamente equilibrado e respeito pelo ser humano.”

“A democracia avançada que o PCP propõe ao povo português surge na continuidade histórica do programa da revolução democrática e nacional definido e aprovado em 1965 e dos ideais, conquistas e realizações de valor igualmente histórico da revolução de Abril. A democracia avançada que o PCP propõe projecta, consolida e desenvolve os valores de Abril no futuro de Portugal”.

“O PCP é a vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores. O papel de vanguarda do Partido decorre da sua natureza de classe, do acerto das suas análises e da sua orientação política, do seu projecto de uma nova sociedade, da coerência entre os princípios e a prática e da capacidade de organizar e dirigir a luta popular em ligação permanente, estreita e indissolúvel com as massas, mobilizando-as e ganhando o seu apoio.”

5.2 A Organização Regional de Leiria

O Partido na Organização Regional de Leiria caracteriza-se por uma forte, histórica e combativa intervenção e nela assenta o seu prestígio. Ao longo de mais de 100 anos – em circunstâncias políticas, sociais e orgânicas

muito distintas – o Partido, os seus militantes, quadros e a sua organização cumpriu e prossegue cumprindo o seu papel na região.

A situação dos trabalhadores e do povo, no país e na região, exigem um PCP mais forte, mais determinado, com uma forte e constante ligação às massas e à vida, e com maior capacidade de intervenção e influencia nos planos político e social.

Entre a X Assembleia da Organização Regional realizada em Abril de 2018 e a XI AORLEI o efectivo partidário reduziu-se em apenas 88 elementos, cifrando-se agora em 1168 membros. a pequena redução do número de militantes resulta essencialmente do falecimento de camaradas, bem como da actualização do ficheiro de militantes – no trabalho de preparação da Conferencia Nacional de Novembro de 2022 – com a formalização de situações que já estavam anteriormente esclarecidas.. Considera-se, entretanto, necessário prosseguir este trabalho de actualização do ficheiro procurando esclarecer situações pendentes e, sobretudo, reativar ligações e militância partidária de camaradas que não têm, de momento, efectiva ligação ao Partido.

A distribuição dos membros do Partido é desigual no território do distrito, mas é significativo que o Partido mantenha militantes em todos os concelhos. As organizações da Marinha Grande, Peniche, Alcobaça, Leiria, Caldas da Rainha e Bombarral concentram os grandes destacamentos do efectivo partidário na região, agregando, entre si, praticamente 85% dos militantes.

Do ponto de vista da composição social regista-se, entre as duas assembleias, uma ligeira oscilação percentual com a diminuição dos operários industriais, operários agrícolas e pescadores e um crescimento de empregados, intelectuais, quadros técnicos e estudantes. Continua a verificar-se uma ampla maioria de operários e empregados. O peso dos reformados desceu significativamente em mais de 3,5 pontos percentuais representado agora menos de 45% do efectivo partidário.

No plano etário regista-se, simultaneamente, o crescimento absoluto e percentual acima dos 51 anos - o que naturalmente decorre da continuação no Partido da generalidade dos

militantes -, e dos camaradas nos escalões até aos 21 anos e entre os 41 e 50 anos o que, entre outros aspectos, é explicado pelo recrutamento.

5.3 A estruturação e o trabalho de direcção colectiva

O nível de estruturação da organização partidária no distrito não teve grandes oscilações entre assembleias. Actualmente..... [Dados que necessitam ser analisados quando, no início de janeiro tivermos o BO2022].

A generalidade das organizações concelhias tem em funcionamento a Comissão Concelhia. No concelho de Alcobaça mantém-se em funcionamento um colectivo de camaradas na freguesia de Pataias e no concelho de Peniche existe uma comissão de freguesia em funcionamento na Atouguia da Baleia, tendo ainda havido neste período reuniões com vista à criação da Comissão de Freguesia de Peniche. Para os concelhos do Pinhal Interior (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande) existe um colectivo de camaradas que reúne e dinamiza trabalho com regularidade. As concelhias da Marinha Grande, Peniche, Leiria e Alcobaça têm um organismo executivo mais restrito que nuns casos designam de executivo noutros de secretariado com competências essencialmente de carácter executivo.

Naturalmente com situações muito diversas, de um modo geral, pode considerar-se que os organismos de direcção concelhia do Partido asseguram as suas responsabilidades. Continua, entretanto, a ser necessário avançar em aspectos centrais do trabalho de direcção, desde logo reforçando a ligação às massas, aprofundando o conhecimento da realidade concreta de cada concelho e localidade, dinamizando a iniciativa política própria e especifica, dinamizando e dirigindo a luta de massas dos trabalhadores e das populações e cuidando dos aspectos do reforço do Partido nas suas diversas componentes. É igualmente necessário continuar a trabalhar para que cada membro dos organismos de direcção tenha tarefas claramente definidas, garanta a sua concretização e sobre elas preste contas no respectivo organismo. As Assembleias das Organizações Concelhias realizadas em 2018 e

2019 no quadro da preparação e no seguimento da XAORLEI nos Concelhos de Bombarral, Peniche, Alcobaça, Leiria, Marinha Grande e Ansião e as Assembleias das Organizações Concelhias realizadas no segundo semestre de 2022 no Bombarral, Leiria e Peniche procuraram contribuir, com algum sucesso, para o reforço da capacidade de direcção destas organizações, coloca-se agora importância da realização das assembleias das restantes organizações no distrito.

No plano das células de empresa considera-se a existência de... [confirmar no BO 2022]. Apesar de avanços conseguidos no quadro da acção “100 células, 100 responsáveis” que depois não se conseguiu consolidar, considera-se que a organização do Partido nas empresas e locais de trabalho é bastante insuficiente sendo esta a grande prioridade da estruturação do Partido.

Quanto aos organismos de acompanhamento do trabalho sindical deve-se continuar a trabalhar para estabilizar o seu funcionamento colectivo. A estabilização do funcionamento de células de sindicatos onde participam comunistas e a regularização do enquadramento da generalidade dos membros do Partido que intervêm nas Organizações Representativas dos Trabalhadores é condição indispensável, por um lado, para garantir o carácter de classe, unitário, solidário e de massas do movimento sindical e a dinamização da acção reivindicativa e da luta e, por outro lado, para assegurar o reforço da influência do Partido entre as massas trabalhadoras.

No distrito continua a registar-se um deficit de estruturação do Partido que importa ir superando de forma sustentada e tendo presente as prioridades de intervenção. Essas fragilidades da estruturação do partido verificam-se, sobretudo, nas empresas e locais de trabalho, ao nível das freguesias e em frentes e áreas de trabalho específicas.

A Direcção da Organização Regional reuniu com regularidade e assegurou a direcção colectiva do trabalho do Partido no distrito. Os organismos executivos da Direcção Regional – Executivo e Secretariado -, funcionaram dentro das suas competências e cumpriram com as

suas responsabilidades. Ao longo do período entre assembleias procedeu-se a algumas adaptações na composição dos diferentes organismos, designadamente com cooptações, decorrentes da mudança de tarefas e da responsabilização de novos camaradas, medidas que se consideram positivas. Os membros dos organismos regionais, no essencial, estão enquadrados e asseguram tarefas em organismos ou em frentes de trabalho específicas. Continua a ser necessário aprofundar processos de discussão que estimulem a participação dos quadros e o enriquecimento da análise e definição da linha política e das propostas do Partido no distrito.

A nova direcção regional deve manter na sua composição uma maioria de operários e empregados, reduzir ligeiramente a sua dimensão, renovar e rejuvenescer e aumentar o número de mulheres. Deve igualmente continuar a integrar camaradas da generalidade das organizações concelhias e sectores e camaradas que respondam por

tarefas ligadas ao funcionamento do Partido e por frentes prioritárias de intervenção. Deve considerar ainda camaradas com ligações aos movimentos de massas, com destaque para o movimento sindical e camaradas que intervêm no plano institucional, nomeadamente no poder local.

5.4 O Partido nas empresas e locais de trabalho

O reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho e o alargamento da sua influência e intervenção entre e com os trabalhadores é uma questão determinante para o fortalecimento orgânico do Partido, para o reforço da sua capacidade de iniciativa política, para uma maior ligação do Partido às massas, e para um reforço da sua influência social, política e eleitoral.

No quadro geral da orientação do Partido e das orientações definidas pelo XX Congresso e pela Conferencia Nacional do Partido realizada em Novembro de 2022, aponta-se como objectivos centrais:

- definir com exactidão as empresas prioritárias para a intervenção garantindo, pelo menos, uma por concelho;

- assegurar que cada empresa prioritária tem um responsável, um plano de trabalho e controlo regular;
- assegurar e retomar o funcionamento regular das células de empresa existentes e constituir pelo menos mais 5 células até à próxima assembleia regional;
- garantir a propaganda de Partido em cerca de 30 empresas e locais de trabalho no distrito e propaganda específica em pelo menos 15;
- retomar o boletim de empresas distrital;
- constituir a comissão regional para o trabalho nas empresas;
- realizar uma reunião regional de quadros que intervêm nas empresas e locais de trabalho, incluindo os membros do Partido em ORT, uma vez por ano.

5.5 Quadros

Os quadros do Partido são uma riqueza inestimável e factor determinante para garantir o sucesso dos objectivos partidários de reforço orgânico, intervenção política e dinamização da luta. “Considera-se quadro o membro do Partido que desempenha e se responsabiliza por tarefas regulares, independentemente do organismo a que pertença, da natureza da tarefa que execute, da sua preparação e dos seus conhecimentos em geral. Os quadros destacam-se de outros militantes pela sua responsabilidade, disponibilidade e intervenção. Entre os quadros importa destacar e valorizar os funcionários do Partido, enquanto quadros política e ideologicamente firmes, revolucionários profissionais, militantes que não são empregados, mas sim quadros inteiramente dedicados à luta.”

No distrito de Leiria existe um amplo e heterogéneo conjunto de quadros que asseguram a intensa actividade do Partido. Independentemente do valor dos quadros existentes é imprescindível avançar no alargamento do seu número, na ampliação da sua disponibilidade e no aprofundamento da sua preparação política e ideológica e na sua capacidade de iniciativa, reflexão, intervenção e direcção. No âmbito das conclusões da Conferência Nacional “Tomar a iniciativa,

Reforçar o Partido, Responder às Novas Exigências” e da acção de responsabilização de 1000 novos quadros até ao final de 2024 a Organização Regional de Leiria assume o objectivo de responsabilização de 60 novos quadros do Partido até esta data e de mais 40 até à próxima AORLEI.

O trabalho de responsabilização dos quadros deve ser cuidadosamente acompanhado do trabalho de direcção na formação política, ideológica e humana e na ajuda prática à concretização com êxito das tarefas de cada quadro.

5.6 Recrutamento e integração de novos militantes

Entre janeiro de 2018 e dezembro de 2022 recrutaram-se exactamente 100 (verificar) novos membros do Partido. Se inseridos no colectivo partidário constituem um forte destacamento para as muitas e exigentes tarefas que o Partido tem pela frente ao serviço dos trabalhadores e do povo.

O recrutamento para o Partido, indispensável ao seu reforço e rejuvenescimento, exige um cuidado trabalho de direcção. Sendo certo que a acção geral do Partido, a justeza das suas posições e propostas e a atratividade do seu projecto revolucionário têm força bastante para atrair ao Partido muitos jovens, homens e mulheres disponíveis para assumir um papel na transformação revolucionária da sociedade, não é menos verdade que é determinante concretizar de forma organizada um trabalho de recrutamento direccionado a partir de cada organização com especial destaque nas empresas e locais de trabalho e vocacionado para a juventude e a classe operária.

O trabalho de recrutamento exige a identificação e listagem nominal dos elementos mais conscientes, honestos e determinados em cada local de trabalho ou localidade, a definição do responsável por cada recrutamento no concreto e em alguns casos um plano de trabalho para o esclarecimento e elevação da consciência política desses homens e mulheres a recrutar. A organização regional de Leiria reafirma o seu objectivo de recrutar _____ até ao _____ inserido na Campanha Nacional de Recrutamento.

Para lá do recrutamento é necessário garantir a integração dos novos membros do Partido na vida e na luta do colectivo partidário, dos trabalhadores e do povo. É necessário garantir que quem vem ao partido tem um espaço de discussão regular, assume tarefas no concreto, por mais simples e modestas que sejam, e que é estimulado para se inserir em organizações e movimento de massas. É igualmente importante que cada membro do Partido que assuma tarefas seja ajudado na sua concretização e na prestação de contas dessas tarefas.

Cada organismo de direcção no distrito deve fazer um balanço regular sobre o recrutamento e a integração dos militantes da respectiva organização e avaliar medidas concretas a tomar, sejam elas de ajuda directa aos quadros ou de estruturação do Partido criando/adaptando o funcionamento de colectivos e organismos que possibilitem a efectiva participação desses novos camaradas.

5.7 Formação política e ideológica

A formação política e ideológica dos quadros concretiza-se em três vertentes complementares: a participação em cursos e acções de formação específicas direccionadas sobre diversos temas e aspectos; o estudo individual de cada quadro da imprensa partidária, dos clássicos do marxismo-leninismo, dos múltiplos materiais do Partido, ou mesmo no enriquecimento cultural geral; a inserção na vida, discussão e intervenção colectiva do Partido e na luta concreta dos trabalhadores e do povo. São de contrariar perspectivas que isolem ou sobreponham qualquer uma das vertentes complementares sobre as outras.

Cabe aos organismos de direcção, com especial destaque para o Secretariado da DORLEI, promover, acompanhar, estimular e ajudar o desenvolvimento dos quadros em geral e de cada quadro do Partido em particular.

Cuidar de aspectos como: o estilo e conteúdo do trabalho; o funcionamento regular dos colectivos; a disciplina globalmente considerada desde os horários, cumprimento das tarefas, prestação de contas, ao respeito pelas decisões colectivas -; o rigor; o

compromisso com a verdade; a modéstia; o cumprimento do princípio de não ser beneficiado nem prejudicado com o exercício de cargos públicos, entre outros elementos, é um trabalho permanente de todos os organismos indispensável à formação política e ideológica dos quadros e à unidade, coesão e força do Partido.

Entre as duas assembleias realizaram-se.... cursos e acções de formação sobre..... em que participaram..... camaradas.

Respondendo às exigências da realidade, a Organização Regional de Leiria deve continuar a desenvolver e intensificar medidas que contribuam para a formação dos quadros designadamente com a realização de cursos específicos na região e nas organizações nomeadamente em temas como a História do Partido, Programa e Estatutos e as Classes, a Luta de Classes, o Movimento Sindical Unitário, aspectos da luta ideológica nomeadamente em torno da Revolução Portuguesa. Deve ainda considerar-se a realização de acções de formação e debate sobre aspectos específicos da actualidade nacional e internacional ou respeitantes a frentes de trabalho específicas ou ainda de ordem cultural.

Tendo presente a necessidade da formação política e ideológica de todos os quadros aponta-se como prioritárias as medidas direccionadas aos novos recrutamentos, aos quadros responsabilizado, com especial enfoque nos trabalhadores em geral e nos operários em particular, militantes e quadros jovens e membros das Comissões Concelhias.

5.8 Fundos

A independência e capacidade financeira do Partido são indispensáveis para garantir a sua independência política e ideológica e para assegurar a sua capacidade de intervenção e luta sobre os prolemas e aspirações dos trabalhadores e do povo e pelos objetivos programáticos do Partido. Sem meios financeiros não há intervenção política e perante o agravamento da situação política e social o aumento das receitas do Partido é obrigatória para que este possa cumprir o seu compromisso para com os trabalhadores e o povo.

O imprescindível trabalho de fundos passa pela garantia e aumento das receitas de quotização de cada militante em primeiro lugar, mas também por iniciativas e funcionamento do Partido, pela aplicação do princípio de não se ser beneficiado nem prejudicado no exercício de cargos públicos e pela contribuição financeira dos militantes e simpatizantes, dos trabalhadores e dos democratas. O trabalho de fundos passa ainda pela rigorosa prestação de contas dos militantes e das organizações, pela cuidada gestão dos meios e pela preservação e valorização dos meios e património do Partido.

A elevação da consciência de muitos quadros e militantes do Partido sobre o carácter estratégico do trabalho de fundos e o reforço da estruturação, discussão e acção colectiva dos organismos e organizações sobre estas tarefas é um primeiro e determinante passo.

Desde a anterior AOR as receitas da ORLei..... e as despesas...

As exigências com que se confrontam os trabalhadores e o povo colocam ao partido a necessidade, não de reduzir a sua despesa, mas sim de aumentá-la na exacta medida que esta corresponda a um aumento da iniciativa e da intervenção política de massas.

As transferências das organizações para a caixa regional representam por cento das receitas. Devemos continuar a trabalhar para que esta rubrica aumente quer do ponto de vista absoluto quer do ponto de vista percentual o que exige que em cada organização se discuta e assumam medidas práticas que o concretize.

A actividade do Partido na região de Leiria é suportada em parte pelas receitas próprias da ORLEI e por contribuição mensal da Caixa Central do Partido que actualmente representapor cento das receitas, peso que tem vindo progressivamente a diminuir desde a X AORLEI. Não colocando como objectivo imediato a autosuficiência da ORLEI em termos financeiro, a XI AORLEI define que esse deve ser o sentido do trabalho de fundos no Distrito de Leiria.

A quotização evoluiu no sentido..... A tarefa central da quotização requer urgentemente discussão e medidas práticas que garantam as

orientações há muito definidas, designadamente: que todos os membros do partido tenham claro quem é o camarada responsável por recolher a sua quotização; que nenhum camarada seja responsável por recolher quotas a mais do que 20 camaradas e que exista um registo e acompanhamento rigoroso e regular do ponto de situação da quotização de cada militante.

O valor médio das quotas recebidas no último ano foi de A campanha de valorização e aumento da quota que decorreu durante o ano de 2022 foi positiva, tendo aumentado a quota pelo menos....., mas ficou muito longe dos objectivos, das possibilidades e das necessidades para a acção do Partido. Nesse sentido o aumento do valor da quota de cada militante tendo como referência um por cento do salário e no mínimo um euro de aumento, o alargamento do número de camaradas a pagar quota com regularidade e o aumento da receita de quotização são objectivos centrais da organização regional.

Até Dezembro de 2025 define-se como objectivo o aumento da quotização de pelo menos 300 camaradas por ano e um crescimento de 10% ao ano do valor recebido por cada organização.

Para além das medidas de reforço da rede de recolha da quotização deve ser estimulado o debito bancário directo de forma regular e programado usando para tal os instrumentos já hoje disponibilizados pelo partido.

Para o sucesso das medidas propostas torna-se imperioso que o programa de quotização seja actualizado numa base mensal e os dados disponibilizados às organizações, o que exige que também as organizações prestem contas regulares à caixa regional.

As receitas oriundas da iniciativa do Partido, sendo significativas designadamente as que decorrem das grandes acções regionais como a Festa de Verão ou as iniciativas de convívio, entre outras, são ainda pouco expressivas do ponto de vista percentual. Cada organização deve proceder a uma discussão para avaliar que tipo de iniciativa pode concretizar, nomeadamente iniciativas regulares mensais, e assim aumentar a sua receita.

As campanhas de fundos realizadas pelo

Partido no período entre Assembleias demonstraram de forma geral as potencialidades existentes no trabalho de Recolha de Fundos. As Campanhas de fundos para a aquisição da Quinta do Cabo e por ocasião do Centenário do Partido, constituíram, entre outras, importantes experiências com resultados muito positivos e com métodos de trabalho que devem ser replicados em futuras campanhas de fundos, que devem ser encaradas como importantes acções de afirmação dos princípios, projecto e ideal do Partido, de trabalho unitário e de ligação às massas.

A concretização prática do princípio de não se ser beneficiado nem prejudicado pelo exercício de cargos públicos e na participação nas mesas eleitorais continua a requerer atenção quer do ponto de vista da discussão nas organizações e com os quadros no concreto, quer com a assunção do compromisso e sobretudo com a sua concretização prática e o rigor no seu controlo. A concretização deste princípio, representa um importante contributo financeiro para a actividade do Partido e mormente um elemento distintivo profundamente ligado aos objectivos e natureza de classe do Partido que não pode ser subestimado.

A prestação de contas das organizações à Direcção Regional e desta à direcção do Partido deve ser encarada como um aspecto central da democracia partidária e do rigor que queremos no nosso Partido. Registam-se avanços significativos nesta matéria, porém há ainda muito a caminhar. A prestação de contas de todas as organizações numa base mensal, a elaboração de orçamentos anuais e o seu acompanhamento regular, o rigor e discussão colectiva nas despesas e nos pagamentos são aspectos onde se registam avanços nos últimos anos e que importa continuar a acompanhar.

A realização de reuniões distritais de fundos com a participação dos camaradas responsáveis pela tarefa em cada organização revelou-se muito positivo, nomeadamente a realizada mais recentemente em meados de 2022. Deve-se trabalhar para continuara a garantir a sua concretização pelo menos uma vez por ano.

5.9 Centros de Trabalho

O património do Partido, com destaque para os centros de trabalho, é uma base fulcral para a acção partidária. Fruto do esforço de gerações de comunistas precisa ser preservado, valorizado e rentabilizado para continuar a servir o seu propósito.

O Partido possui centros de trabalho próprios na Marinha Grande, Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. Existem ainda centros de trabalho alugados em Alcobaça e Bombarral, sendo que a Organização Concelhia de Pombal teve de deixar as instalações do Centro de Trabalho de Pombal por vontade do proprietário.

A gestão dos Centros de Trabalho requer uma cuidada atenção. Para lá de soluções de fundo como as necessárias para a Marinha Grande e Peniche é útil assegurar a manutenção dos restantes centros de trabalho. A função primeira de cada Centro de Trabalho é a de garantir as melhores condições para a intervenção do Partido. Simultaneamente deve-se procurar formas de rentabilização destes, seja por via da realização de iniciativas seja, quando possível, pela rentabilização do próprio espaço.

Os Centros de Trabalho do Partido são a cara do Partido nas localidades. Um centro de trabalho descuidado ou sem actividade transparece para o povo e os trabalhadores uma imagem que não corresponde ao que o Partido é e ao que defende para o futuro da região e do país. Cuidar e dar vida aos centros de trabalho é uma importante tarefa que deve estar voltada para fora, para a acção de massas, procurando atrair, para além dos militantes do Partido, os trabalhadores e as populações.

5.10 Informação e Propaganda

A informação, a propaganda e a agitação em torno da análise e propostas do Partido nas questões concretas de cada empresa e local de trabalho e de cada localidade, de cada sector ou camada social, dos grandes problemas do país, da politica alternativa que propomos e do projecto revolucionário do PCP para Portugal são o grande instrumento de ligação às massas para o seu esclarecimento, para a sua elevação de consciência de classe e politica, para a sua mobilização e

organização. Num quadro em que se acentua a ofensiva ideológica das classes dominantes em que se assiste uma cada vez maior concentração e centralização capitalista no sector da comunicação social, com a consequente estigmatização e afastamento do PCP, a intervenção, informação e propaganda pelos meios próprios do Partido, bem como a ampla divulgação da imprensa partidária e o estímulo a meios alternativos de comunicação social, têm uma importância central na batalha política e ideológica

No plano regional, e não obstante experiências positivas que tiveram lugar nos últimos anos designadamente em torno de questões concretas regionais ou nos vários processos eleitorais realizados nesse período, continuamos a registar insuficiências no trabalho de propaganda, sobretudo ao nível da capacidade de iniciativa das organizações. As fragilidades da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho são outros dos problemas de fundo para o trabalho de propaganda e agitação.

Indissociável do reforço da organização do Partido, da sua ligação e conhecimento concretos dos problemas e do seu trabalho de mobilização de massas, o trabalho de propaganda na região passa pelo reforço do trabalho de direcção nesta frente e da iniciativa própria das organizações, designadamente simplificando as medidas e garantindo maior agilidade na concretização, distribuição e divulgação da propaganda. Cada organização local do Partido deve elaborar um plano de propaganda que considere a edição regular de documentos locais articulado com os documentos nacionais e regionais. Para as empresas e locais de trabalho coloca-se como objectivo a edição regular do Boletim de Empresas Regional e a edição de documentos próprios, durante o ano de 2023, em todas as empresas identificadas como prioritárias.

As acções decididas pela Conferencia Nacional “Tomar a iniciativa, Reforçar o Partido, Responder às novas exigências” para dinamizar a intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho sob a consigna “Mais força aos Trabalhadores” e nas localidades em torno do lema “Viver melhor na nossa terra” são duas boas oportunidades, para lá de outros aspectos, para avançar

consideravelmente no reforço do trabalho de propaganda.

As jornadas de propaganda nacionais foram asseguradas pela Organização Regional, entretanto há aspectos que importa corrigir ou melhorar designadamente a garantia de que todos os exemplares dos documentos são distribuídos, que as distribuições se asseguram aos seus principais destinatários e que ocorrem dentro dos prazos definidos para assim garantir um maior e mais eficaz efeito.

As campanhas eleitorais, designadamente as autárquicas, são momentos de grande intensidade de propaganda que muitas vezes abrem oportunidades de envolvimento de mais quadros e amigos do Partido que devem ser aproveitadas para a acção geral e quotidiana da nossa intervenção.

A rede de propaganda fixa no distrito é alargada, embora devesse ser ainda mais. Por vezes com atrasos consegue-se manter a rede de mupies actualizada embora em cada organização se deva avaliar as medidas necessárias para que a colocação da propaganda seja mais rápida e eficaz e mantida em boas condições. Deve ainda ser avaliado se há necessidades de ajustamento (quer pelo aumento do número de estruturas quer pelo seu reposicionamento), bem como sobre o reforço e diversificação das equipas responsáveis por esta tarefa. As estruturas outdoor existentes nos concelhos de Leiria, Marinha Grande, Alcobaça, Óbidos e Peniche são mantidas através da estrutura central do Partido.

A utilização dos meios eletrónicos, que registou uma evolução significativa desde a XAORLEI, deve continuar a ser aprofundada e optimizada o que exige uma atenção permanente na actualização e divulgação das posições do Partido para o que são necessários mais quadros, inseridos na vida e na direcção colectiva do Partido, que com competências próprias garantam estas tarefas.

Continuando a registar-se silenciamentos sobre as posições do Partido na comunicação social regional e local deve-se intensificar a tomada de posições sobre os principais aspectos económicos, políticos e sociais da região.

5.11 Imprensa do Partido

A imprensa partidária – o Avante! e O Militante são instrumentos de que os militantes e especialmente os quadros do Partido não podem abdicar de ler e estudar para bem cumprir as suas tarefas e aprofundar o conhecimento da realidade nacional e internacional. Continuam a registar-se insuficiências nesta matéria que importa continuar a discutir coletivamente e a demonstrar a sua importância aos quadros em concreto.

Aquando da realização da anterior Assembleia as organizações do Partido no distrito distribuíam e vendiam cerca de 280 exemplares do Avante! por semana e de 37 exemplares de O Militante. No final de 2022 as organizações recebiam..... . Neste período é de realçar a realização da campanha de difusão do Avante que permitiu uma aprofundada discussão sobre os métodos de difusão da imprensa partidária, e cujas experiências positivas devem ser redinamizadas.

A Campanha Nacional a iniciar em Abril de 2023 e a desenvolver-se até Maio de 2024 será uma importante oportunidade para o reforço da leitura do Avante na organização. Independentemente das linhas traçadas que venham a ser traçadas cada organização deve avançar com a identificação clara de todos os camaradas e amigos que já leem o Avante! e de todos aqueles que devem passar a ler e na criação de condições para a afirmação regular do Avante! junto dos trabalhadores e das populações com a concretização de bancas à porta dos locais de trabalho e nas ruas. No plano regional deve elaborar-se uma calendarização de iniciativas que valorizem o Avante! e O Militante designadamente com o assinalar do aniversário do Avante! a 15 de Fevereiro, promovendo uma reunião regional sobre a divulgação do Avante! e com a realização de debates sobre temas abordados em O Militante estimulando a participação de camaradas e amigos.

Tendo-se registado avanços importantes é necessário prosseguir a acentuação do rigor na recolha do pagamento da imprensa do Partido e no respectivo pagamento À editorial Avante! no seu devido tempo.

5.12 Intervenção institucional

A intervenção institucional insere-se na acção geral do Partido e nos seus objectivos, é uma importante vertente da intervenção que a todo o momento tem de ser considerada pelos organismos de direcção responsáveis aos mais diversos níveis desde a comissão de freguesia à direcção regional. Dando expressão política à intervenção, às propostas e às lutas do Partido, dos trabalhadores e do povo nas instituições é inseparável e tem uma relação dialéctica com a intervenção geral e a luta e acção de massas.

Sendo verdade que é muito negativo para os trabalhadores e para o povo dos distrito não existir nenhum deputado do PCP na Assembleia da República eleito pelo distrito de Leiria, é igualmente verdade que o PCP não deixou estar presente com os seus deputados regularmente no distrito e de intervir sobre um vasto conjunto de questões específicas do distrito. Também os deputados do PCP eleitos no Parlamento Europeu marcaram presença regular e tomaram inumaram iniciativas sobre o distrito. Continua a ser de grande importância programar visitas e contactos dos eleitos comunistas na AR e no PE ao distrito aprofundado assim o conhecimento sobre a realidade concreta e dando expressão à rica iniciativa partidária.

No plano autárquico o Partido e a CDU têm mais de cinco dezenas de eleitos como vereadores, deputados municipais, presidentes e membros dos executivos das Juntas de Freguesia, eleitos em assembleias de freguesia e eleitos nas Comunidades Intermunicipais. Este é um importante destacamento que não é subestimável no combate político no distrito. No essencial, inseridos no colectivo partidário ou na discussão no plano da CDU, estes eleitos assumem o projecto autárquico do Partido e da CDU. Regista-se a necessidade de aprofundamento do acompanhamento político e dinamização a partir de cada concelho e da redinamização de um organismo de âmbito regional para o trabalho autárquico que articule a intervenção na generalidade do distrito e uma maior presença dos eleitos, enquanto tal, em acções de contacto com as populações. Para o mês de Maio de 2023 aponta-se a realização de uma reunião distrital de eleitos da CDU e outros quadros que vise

avaliar o trabalho feito e discutir linhas de trabalho a desenvolver e intensificar

5.13 Festa do Avante!

A Festa do Avante é a maior realização política, cultural, desportiva e de massas do país e aquela que melhor expressa o genuíno sentido do povo e dos trabalhadores pelo progresso, a amizade e a solidariedade. A Festa do Avante é uma grande afirmação do Partido, dos seus objectivos e da sua capacidade de concretização.

A AORLEI tem vindo a procurar introduzir alterações na sua participação que melhor respondam às necessidades gerais da Festa, do Partido no seu todo e da organização regional.

Deve-se prosseguir um caminho de responsabilização de mais e novos quadros por tarefas nas várias fases de preparação e realização da Festa, de aprofundamento do

trabalho de direcção da Comissão Regional da Festa do Avante!, na sua divulgação e no seu conteúdo político, cultural e gastronómico expressando ainda melhor a realidade concreta do distrito. Num quadro de crescentes ataques e silenciamento da Festa do Avante, assume cada vez maior centralidade o envolvimento da organização do Partido numa das vertentes mais fundamentais do sucesso de cada Festa do Avante: a sua divulgação e promoção, o alargamento da participação de amigos, democratas e patriotas, a organização colectiva de transportes para a Festa e a venda antecipada da EP.

Até à próxima AORLEI aponta-se como objectivo evoluir de forma sustentada na venda e no alargamento da rede orgânica de venda da EP, atingindo o duplo objectivo de uma rede de 150 camaradas e amigos com EP para vender e de 1500 EP vendidas em cada edição da Festa do Avante!.